

ESTATÍSTICAS

Economia - Brasil

Governo revisa estimativa de crescimento para esse ano

O governo brasileiro está constatando uma realidade com a qual não contava. As possibilidades de reaquecimento da economia no segundo semestre estão sendo reavaliadas e já se começa admitir a dificuldade de se atingir, ao fim deste ano, um crescimento econômico de 4% no Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado do primeiro semestre não atendeu às expectativas dos economistas do governo, que estão com indicações de que diversos setores da economia não retomaram seus investimentos na velocidade imaginada. "Vamos fazer um esforço para que, na média deste ano, a economia esteja crescendo 1,5% do PIB, na melhor das hipóteses", admitiu uma fonte do governo.

Segundo esse economista, as pressões para que o Ministério da Fazenda e Banco Central atuem de forma ordenada para irrigar a economia são cada vez maiores. "Chegou-se à conclusão de que as medidas de novembro impuseram um freio na economia", reconhece esse assessor. A estratégia agora é retomar o crescimento sem, no entanto, colocar em risco a estabilização. Setores do BC ponderam que o limite desta atuação é o de não "criar uma bolha de consumo", diante do cenário de incertezas no mercado internacional.

A discussão que se trava na equipe é quanto à dosagem das medidas. Há duas semanas, foram reduzidas as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como alternativa para aliviar as pressões sobre o crédito e os juros. Novas medidas estão sendo estudadas, como a redução para até 50% no compulsório sobre depósitos à vista cobrados dos bancos. Hoje, esse compulsório está em 75% do total dos depósitos em conta corrente.

No conjunto de alternativas, como sinal de longo prazo para o mercado, está também uma nova redução da Taxa de Juros do Banco Central (TBC), que, no entanto, não ficaria abaixo dos 20%, ante a posição de 21% praticada desde 24 de junho. "Esse patamar de 20% é mágico e deve ser respeitado", defende um assessor. Assim, na próxima reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), marcada para o dia 29, "com certeza haverá uma nova redução dos juros", na avaliação desse integrante da equipe.

ESPAÇO

A indicação de que o mercado suporta um menor nível de compulsório vem até mesmo do Banco Central. O BC tem hoje o espaço necessário para promover uma redução do nível dos compulsórios bancários. A avaliação é de fontes da área econômica, que não vêem no déficit público nenhum obstáculo para essa queda.

"As duas coisas, hoje, não têm muita relação porque a maior parte dos compulsórios é recolhida em espécie e não na forma de títulos públicos", disse uma fonte. O recolhimento em títulos públicos federais de parcela dos compulsórios bancários garantiu no passado uma reserva de mercado que permitiu ao BC financiar o déficit público quase a custo zero.

O risco de explosão do consumo causada por uma redução dos compulsórios também está fora das cogitações das fontes da área econômica. "Não há mais esse risco porque o consumo se estabilizou e não voltará aos níveis verificados imediatamente depois da implementação do Plano Real", comentou.

Por outro lado, o cenário externo e o risco de um recrudescimento da crise econômica instalada em países da Ásia e do Leste Europeu deve limitar a redução dos compulsórios, mas não impedi-la. "O BC será conservador e promoverá uma queda dentro dos limites de segurança", disse um técnico da equipe econômica.

Esse limite, estaria num patamar de 50% sobre depósitos à vista. "No caso de um agravamento da crise internacional, o BC nem precisaria subir o compulsório se o reduzisse até um limite de 50%", afirmou.